

# ATESTMED

---

EVOLUÇÃO E DESAFIOS

Novembro de 2022



# 1 – Breve histórico (1/3)

---

- Lei nº 13.982, de 02/04/2020 (análise de conformidade – ATESTMED):
  - Autorizou o INSS a antecipar 1 SM aos requerentes de auxílio por incapacidade temporária, mediante apresentação de documentação médica, pelo período de 3 meses, prorrogável por igual período;
  - 1,4 milhão de antecipações realizadas, convertidas em benefício definitivo (isto é, a perícia de confirmação foi dispensada).
- Persistência da pandemia de Covid-19 induziu a administração a promover inovações no atendimento;
  - Análise documental - DOCMED;
  - Experiência-piloto da Perícia Médica com Uso da Teleavaliação – PMUT;
  - Novo ATESTMED;



# 1 – Breve histórico (2/3)

---

- A Lei nº 14.131, de 30/03/2021 (DOCMED):
  - Autorizou o INSS a conceder o benefício de auxílio por incapacidade temporária mediante análise documental até 31/12/2021;
  - 390,5 mil análises concluídas no período.
- Experiência-piloto da Perícia Médica com Uso da Teleavaliação – PMUT:
  - Medida Cautelar TC 033.778/2020-5, referendada pelo Acórdão nº 2597/2020 - TCU - Plenário;
  - 10 municípios - ACT com INSS: Francisco Morato/SP, Minas Novas/MG, Vassouras/RJ, Santo Augusto/RS, Olho D'água das Flores/AL, Corrente/PI, Brotas de Macaúbas/BA, Pedro Gomes/MS, Ji-Paraná/RO e Lábrea-AM.
  - Período: 11/02/2022 a 30/06/2022;
  - 550 agendamentos e 509 atendimentos, sendo 484 concluídos via teleatendimento e 25 encaminhados para análise presencial;
  - Alguns desafios identificados (estrutura física, logística e RH).



# 1 – Breve histórico (3/3)

---

- Medida Provisória nº 1.113, de 20/04/2022 (convertida na Lei nº 14.441, de 02/09/2022):
  - Autorizou a substituição do parecer conclusivo da perícia por análise de documentos médicos, de acordo com as regras que o MTP estabelecer;
  - Já recebemos mais de 200 mil requerimentos em menos de 3 meses;
  - Acompanhamento semanal para realizar ajustes de forma tempestiva (por exemplo, pendências de pós-perícia);
  - Tem nos ajudado a reduzir a fila da perícia gradativamente;
  - É uma ferramenta de gestão da fila da perícia médica bastante interessante, capaz de controlar situações extremas (acumulação de requerimentos em função de paralisação).





## 2 – ATESTMED (1/3)

- Concessão por até 90 dias, desde que CEP esteja associado a uma unidade com TMEA acima de 30 dias;
- Válido para requerimentos novos ou agendamentos já existentes;
- Tutorial no site: <https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/inssfácilpedido>
- Requerimento direto no Meu INSS – aplicativo ou web:
  - Benefício por incapacidade > BI temporária (auxílio-doença);
  - Necessário login no gov.br (objetivo é evitar fraudes);
  - Preencher informações e anexar documentos (dados essenciais apenas).

A imagem mostra uma captura de tela de uma interface web, especificamente a seção 'Dados do Requerente'. O formulário está dividido em seções: 'Informações de Contato' (com campos para Celular e Telefone Fixo), 'Dados Adicionais' (com perguntas sobre acidente de trabalho e documentos médicos) e 'Dados do Requerente' (com perguntas sobre o nome completo do requerente e a data de emissão do documento médico). No topo da seção 'Dados do Requerente', há uma pergunta: 'Foi acidente de trabalho?'. Abaixo dela, há uma pergunta: 'No documento médico (atestado, laudo ou relatório médico) possui o nome completo do requerente?'. Abaixo dela, há uma pergunta: 'O documento médico a ser analisado (atestado, laudo ou relatório médico) possui data de emissão?'. No final da seção, há uma pergunta: 'O documento médico a ser analisado (atestado, laudo ou relatório médico) possui carimbo e identificação legíveis do profissional emitente?'. No rodapé da seção, há dois botões: 'Voltar' e 'Avançar'.



## 2 – ATESTMED (2/3)

- Atributos necessários da documentação médica:

*Art. 3º A concessão do benefício de auxílio por incapacidade temporária por meio de análise documental ficará condicionada à apresentação de atestado ou laudo médico, legível e sem rasuras, contendo os seguintes elementos:*

*I - nome completo do requerente;*

*II - data de emissão do documento médico, a qual não poderá ser superior a 30 (trinta) dias da data de entrada do requerimento;*

*III - informações sobre a doença ou CID;*

*IV - assinatura do profissional emitente e carimbo de identificação, com registro do Conselho de Classe, que poderão ser eletrônicos ou digitais, desde que respeitados os parâmetros estabelecidos pela legislação vigente; e*

*V - a data de início do repouso e o prazo estimado necessário;*

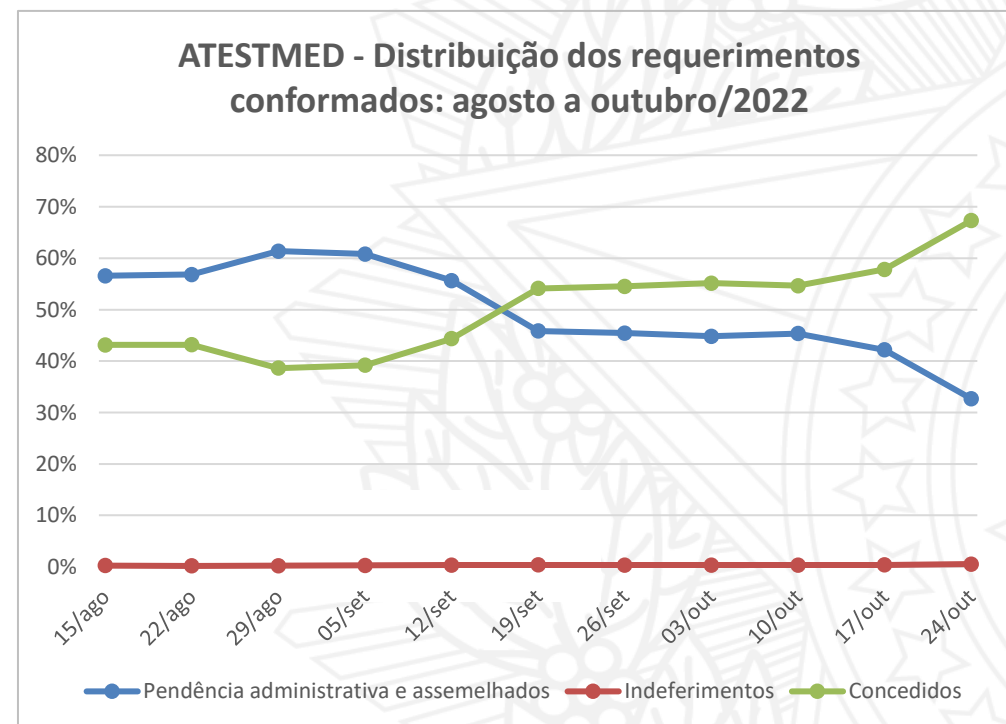
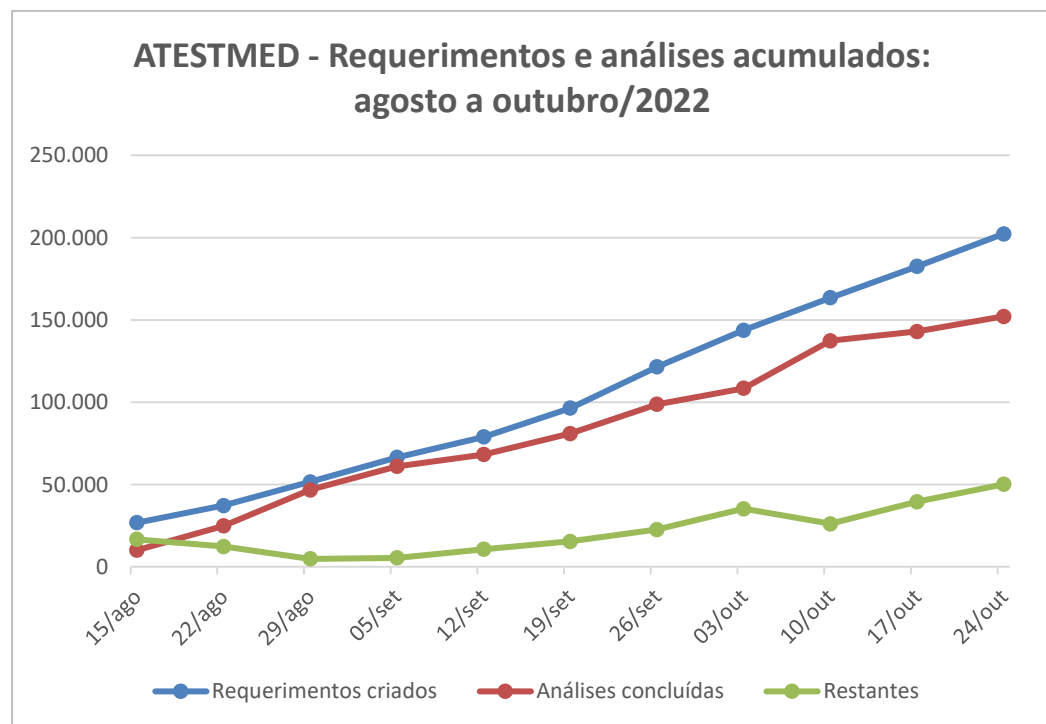
*§ 1º A emissão ou a apresentação de atestado falso ou que contenha informação falsa configura crime de falsidade documental e sujeitará os responsáveis às sanções penais e ao ressarcimento dos valores indevidamente recebidos.*

*§ 2º A análise dos documentos apresentados será realizada pela Perícia Médica Federal.*



## 2 – ATESTMED (3/3)

- Crescimento dos requerimentos/análises e redução das pendências administrativas:





## 3 – Desafios

- Aumentar a entrada de requerimentos via ATESTMED e melhorar a qualidade dos atestados:

